

Comissão do Senado vê uso ilegal de emissão de títulos

Governadores estariam usando dinheiro levantado para pagar precatórios para saldar outras dívidas

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado abriu guerra ontem contra os pedidos de emissão de títulos, feitos por governadores e prefeitos, para pagamento de precatórios — dívidas decorrentes de sentenças judiciais. Os senadores desconfiam que o dinheiro arrecadado está sendo utilizado para outras finalidades, como o pagamento de empreiteiras, fornecedores e despesas com pessoal. O presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), chegou a sugerir que o Senado anule as autorizações já aprovadas.

Os senadores vão fazer um levantamento de todas as emissões de títulos públicos feitas por Estados e municípios para pagar precatórios. Esses títulos foram lançados pelo governo de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco, além das prefeituras de Campinas, Guarulhos e São Paulo, entre outros. Ao mesmo tempo, será discutida uma proposta, feita ontem pelo senador Geraldo Mello (PSDB-RN), para que o Senado obrigue o Banco Central a fiscalizar a aplicação desses recursos.

Ontem, o senador Vilson Kleinubing (PFL-SC) apresentou um projeto de resolução que suspende, por 90 dias, a emissão de títulos pelo governo de Santa Catarina, no valor de R\$ 552,1 milhões. A emissão dos títulos tinha sido autorizada pelo próprio Senado 15 dias antes para o pagamento de precatórios judiciais pendentes. Kleinubing suspeita que

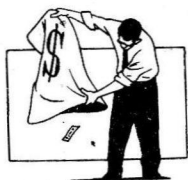
os recursos seriam utilizados para outra finalidade. “O Senado foi enganado”, afirmou. “Os governadores estão utilizando a emissão de precatórios para obter recursos para pagar outras contas.”

Convocação — Se o projeto de resolução for aprovado, o governador catarinense Paulo Afonso (PMDB) terá 90 dias para provar ao Senado que seu Estado tem precatórios pendentes no montante dos títulos emitidos. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, também a pedido de Kleinubing, a convocação do diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, e do secretário de Fazenda de Santa Catarina, para que expliquem a emissão de títulos.

Kleinubing acha muito estranho que o governador de seu Estado queira emitir R\$ 552 milhões para pagar precatórios pendentes. “O valor de todos eles não chegava a R\$ 35 milhões”, afirmou, com a autoridade de ex-governador de Santa Catarina. O senador comparou o valor solicitado por Paulo Afonso com o total da dívida mobiliária do Estado, que era, em julho, de R\$ 749 milhões, para mostrar o absurdo do pedido.

O pedido de emissão de títulos pelo governo catarinense teve tramitação pouco usual no Senado. Os líderes partidários subscreveram um pedido de urgência para votação e o parecer foi feito no plenário, sem análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

Kleinubing, que é vice-líder do governo, exigiu uma auditoria do Banco Central nas contas de Santa Catarina. Gilberto Miranda, contudo, responsabilizou o próprio BC pela suposta irregularidade. “Todos os pedidos de emissão de títulos são encaminhados ao Senado pelo presidente do Banco Central”, afirmou.



MIRANDA
QUER ANULAR
AUTORIZAÇÕES
JÁ CONCEDIDAS